



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681047 - RJ (2021/0224131-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : PEDRO ELOI SOARES
ADVOGADO : PEDRO ELOI SOARES - RJ052318
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : ERICK JOHNSON DE CARVALHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ERICK JOHNSON DE CARVALHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0323658-21.2013.8.19.0001).

O paciente foi absolvido da acusação de prática de roubo majorado, resistência e porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, decisão revisada em apelação para condená-lo à pena de 7 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado, incurso no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal, e art. 14 da Lei n. 10.826/03

Sustenta o impetrante a inexistência de provas de autoria suficientes para a condenação do ora paciente. Irresigna-se, ainda, quanto ao regime fixado para o cumprimento da pena, pois o STJ determinou, no julgamento do HC n. 414.795/RJ, em pena de 7 anos e 4 meses, o regime de cumprimento adequado seria o semiaberto.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para suspender a execução da pena, até o julgamento final deste *writ*. No mérito, pede que o paciente inicie o cumprimento da pena no regime semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

No que concerne à negativa de autoria defendida pelo impetrante, observa-se que se trata de pedido já levado à análise desta Corte no HC 414.795/RJ, cujo excerto se colaciona a seguir:

Inicialmente, destaco a inviabilidade da análise do pleito de absolvição dos delitos, eis que a via estreita do *habeas corpus* não admite o revolvimento fático-probatório, cabendo às instâncias ordinárias tal mister pela via processual regular. Nesse sentido: HC 361.121/DF, Rel.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 29/08/2016; HC 349.091/RJ, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 02/09/2016; HC 359.659/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 24/08/2016; HC 315.723/GO, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 02/08/2016, DJe 15/08/2016.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO. Inviável o reexame de matéria já apreciada em *mandamus* anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Quanto às questões pertinentes aos regime de cumprimento da pena, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente